



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI
GRADUAÇÃO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - EAD

RENATA GONÇALVES DUARTE

DESAFIOS DOS ALUNOS MORADORES DE ÁREAS RURAIS DURANTE A
PANDEMIA DE COVID 19.

DIAMANTINA – MG
2023

RENATA GONÇALVES DUARTE

**DESAFIOS DOS ALUNOS MORADORES DE ÁREAS RURAIS DURANTE A
PANDEMIA DE COVID 19.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do Diploma de
Graduação em Licenciatura em
Pedagogia, à Universidade Federal dos
Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Área de Concentração: Educação

Orientadora: Dr.^a Amanda Aparecida
Marcatti

DIAMANTINA – MG

2023

RENATA GONÇALVES DUARTE

**DESAFIOS DOS ALUNOS MORADORES DE ÁREAS RURAIS DURANTE A
PANDEMIA DE COVID 19.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Amanda Aparecida Marcatti
Prof.^a Orientadora

Camila Zucon Ramos de Siqueira
Prof.^a Avaliadora

Paulo Felipe Lopes de Carvalho
Prof. Avaliador

Diamantina – MG, Julho de 2023

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo de todos esses anos de estudo até findar essa reta final deste trabalho.

A minha família, em especial meu Marido Marcos, minha Tia Margarete e minha amada mãe Adeni, que sempre estiveram do meu lado apoiando e incentivando nessa jornada.

A minha orientadora Amanda, pelas correções e ensinamentos que me permitiu apresentar um melhor desempenho durante esse trabalho.

Aos professores do curso, em especial minha querida professora Júnia, que sorriu e chorou comigo em todo esse processo, aconselhando e com paciência guiando meu aprendizado.

Aos colegas de curso, com quem convivi intensamente durante esses anos de curso, pelo companheirismo e pela troca de experiência, que permitiu crescer como pessoa e formando.

A UFVJM, e todos os envolvidos essencial no meu processo de formação profissional.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

DESAFIOS DOS ALUNOS MORADORES DE ÁREAS RURAIS DURANTE A PANDEMIA DE COVID 19.

RESUMO

O percurso construído ao longo deste trabalho buscou refletir sobre os desafios do ensino remoto para alunos do meio rural durante a pandemia do COVID 19. Por meio da internet os estudantes vivenciaram como é a sua vida no campo, seus interesses, além de apontarem os desejos para uma escola que envolvesse sua realidade. Os alunos do campo, assim como todos os estudantes necessitavam de ancoragem para o conhecimento que receberam do lado de fora da escola e o professor foi também um dos sujeitos capazes de auxiliar nesta ancoragem, pois em sala de aula temos uma diversidade de conhecimentos, assim como nas redes sociais e o professor antes de tudo deve ser um agente de transformação social. Vale ressaltar que o aluno da zona rural possuiu um saber popular, da cultura e da história local, sendo o marco de referência para o educador desenvolver um bom trabalho que vise o efetivo aprendizado dos alunos. Portanto, este trabalho teve por finalidade discutir sobre as dificuldades vivenciadas por alunos da zona rural durante a pandemia, refletindo sobre os entraves e os desafios do ensino remoto no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Deste modo, para atingirmos os objetivos propostos, optamos pela realização de uma pesquisa bibliográfica. O levantamento bibliográfico utilizamos os sites: Scielo, Periódicos da Capes, Plataforma Sucupira, e Google Acadêmico. Para localização de obras foram utilizadas as seguintes palavras-chave: ensino remoto, tecnologia e estudante de áreas rurais. Ao longo deste trabalho, refletindo sobre os desafios do ensino remoto para alunos do meio rural durante a pandemia COVID 19, constatam que pouco foi feito pelas entidades públicas para tentar diminuir os desafios impostos pelo COVID-19 na vida educacional dos alunos do meio rural, visto que nem todos tinham recursos para deslocar e buscar o material impresso, bem como o acesso à internet. Ficando em muitas casos sem qualquer vínculo com a escola durante todo o ensino remoto. Ademais consideramos que a educação do campo tem como eixo articulador do processo de ensino-aprendizagem o elo teoria-prática, educação-trabalho fundamental para a busca de alternativas e para a melhoria das condições de vida da população rural.

Palavras Chave: Ensino remoto; Tecnologia e Alunos de Áreas Rurais.

LISTA DE SIGLAS

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CECIERJ - Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COVID-19 – Coronavirus Disease

ENERA - Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MST – Movimento Sem Terra

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

UnB - Universidade de Brasília

UNICEF – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. METODOLOGIA.....	10
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
3.1. A atuação do professor na Educação do Campo.....	11
3.2. A Educação do Campo no contexto histórico.....	13
3.3. Educação do Campo e as transformações tecnológicas.....	19
3.4. Educação do Campo e a diversidade.....	22
4. Resultados e Discussões.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

INTRODUÇÃO

Vivenciamos a pandemia do Coronavírus (COVID-19) no qual esses anos serviram para que pudéssemos aprender muito sobre nós, sobre o mundo e para conhecermos ferramentas e tecnologias que estão ao nosso alcance atualmente, dentro e fora do espaço escolar. É inegável que este período trouxe inúmeros pontos negativos: muitos óbitos, leitos lotados em hospitais, desempregos, e também desafios da educação, já que o ensino remoto estendeu-se por quase 2 anos e ainda sofremos com as consequências da pandemia do COVID-19. Nas escolas, esse momento gerou inúmeros desafios e imposições nas metodologias adotadas pelos professores, de acordo com Valle e Marcom (2020),

A crise instaurada pela covid-19 produziu nas escolas um cenário de muitas mudanças. Nessa esteira, apresentamos como um dos maiores desafios a imposição da exigência de um novo perfil que devem ter os professores para ministrar aulas nesse contexto de contradições vivenciadas dentro e fora do espaço escolar. (VALLE e MARCOM, 2020, p. 142).

Tem em vista este contexto, esse estudo procurou elucidar através da pesquisa bibliográfica como ocorreu o ensino remoto nas áreas rurais, acarretado pelo distanciamento social como medida preventiva ao COVID 19, assim como conhecer os desafios enfrentados pelos alunos da zona rural diante desse cenário. Durante a realização do estágio obrigatório observamos que boa parte dos alunos que moram em áreas campestres passavam diariamente por diversos desafios para conseguir acessar as aulas e aprender, sem a presença do professor e várias outras situações desafiantes.

Vale ressaltar ainda, que a tecnologia, recurso dinâmico e inovador, está cada vez mais ocupando lugares de importância no contexto da sociedade contemporânea. Pensar as ambivalências da tecnologia, indica pensar seus pontos positivos e negativos, o modo como a tecnologia interfere em nossas vidas e como as tecnologias se desenvolvem diante da sociedade. No meio rural, a tecnologia vem tomando seu espaço ao difundir inúmeras informações em tempo real. Entretanto, o acesso à internet ainda é desigual no território brasileiro. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) mostrou que em 2019, cerca de 4,3 milhões de estudantes não tinha acesso à internet, por motivos econômicos e regiões que não possuem sinal de rede ou sinal fraco (IBGE, 2020).

Durante a minha trajetória na educação básica pude vivenciar essa realidade, pois morava em área rural e enfrentei várias dificuldades para estudar. Não tinha inclusão digital, para deslocar até escola tinha que ir de transporte escolar para cidade, enfrentando a falta de infraestrutura, entre outros problemas. Diante dessa experiência pessoal e das vivências realizadas através do estágio na cidade de Francisco Sá/MG, pude observar as dificuldades dos alunos moradores de áreas rurais, o que motivou a curiosidade de pesquisar a fundo sobre como foi o período de ensino remoto na vida educacional dos alunos de áreas rurais. O uso das tecnologias durante o ensino remoto gerou exclusões digitais para os alunos da zona rural, tal como Leite, Araújo (2021) esclarece que:

O uso das tecnologias no ensino remoto mediando o processo de ensino-aprendizagem trouxe à frente as exclusões digitais em algumas escolas, principalmente na zona rural, onde os estudantes não possuem acesso à internet e/ou não têm ferramentas tecnológicas suficientes, dificultando ainda mais a adaptação ao novo ensino. Nesse sentido, para os alunos que se enquadram nesse perfil, o professor precisa enviar e receber as atividades impressas, e na maioria das vezes esse aluno não tem acompanhamento dos familiares na realização das atividades, resultando no retardamento do seu desenvolvimento. Mediante essa situação na qual o mundo se encontra, o professor fica impossibilitado de dar um feedback a esse público. (LEITE, ARAUJO, 2021, p. 3).

Notando que boa parte dos alunos do estágio pertenciam a áreas rurais, surgiu uma indagação: como o ensino remoto ocorreu com os alunos da zona rural que não têm acesso à internet? Essa é a pergunta que mobiliza a construção deste trabalho, refletindo sobre os desafios do ensino remoto para alunos do meio rural durante a pandemia do COVID-19. Diante essa situação, o que foi feito pelas entidades públicas para tentar diminuir os desafios impostos pelos COVID-19 na vida educacional dos alunos da zona rural? Nesse sentido, o caminho metodológico utilizado para a realização dessa discussão foi pesquisa bibliográfica.

A necessidade de se adaptar às circunstâncias da pandemia em um curto espaço de tempo exigiu que as instituições de ensino aprendessem a lidar com as carências das realidades dos alunos, frente ao repentino cenário de distanciamento social (CECIERJ, 2020). Dessa forma, fez-se necessário um estudo mais aprofundado para compreender os desafios vivenciado nos últimos anos. Na atualidade onde a tecnologia vem a cada dia ocupando lugares de importância na sociedade, avaliamos que a analisar como ocorreu o ensino remoto para os alunos que não tem acesso à internet é de extrema importância.

2. METODOLOGIA

Metodologia é de acordo com Minayo (2003, p. 16) “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Caminhos que necessitam serem refletidos nos aspectos das teorias e das técnicas de coleta e de análise dos dados. É na metodologia que nos inspiramos para a escolha dos critérios que nos fazem escolher fontes e instrumentos, um exercício objetivo e subjetivo, nessa busca entre o método e as técnicas.

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, cuja quantidade numérica diante os desafios enfrentados pelos alunos moradores em áreas rurais durante a pandemia da Covid 19 não apresenta relevância, sendo importante a compreensão do contexto e fatores que integram um grupo social, proporcionando diferentes reflexões e se concentrando mais no processo de investigação do que nos resultados. Minayo (2006, p. 10) define que,

[...] as metodologias de pesquisa qualitativas entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão de significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, as relações e as estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construção humana significativa. (MINAYO, 2006, p. 10).

Portanto, esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, e tem como temática os desafios dos alunos moradores de áreas rurais no ensino remoto durante a pandemia da COVID-19. Investigar os desafios, através de coleta dados bibliográficos, analisando artigos e pesquisas mais aprofundadas dos desafios enfrentados pelos alunos moradores de áreas rurais no ensino remoto (emergencial), ocasionadas pela pandemia do COVID-19 com a finalidade de manter o ensino aprendido mesmo que a distância. Para atingir os objetivos propostos, optamos pela realização de uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado e que já contém um tratamento científico como livros, artigos, dissertações e teses (FREITAS, 2013, p.54). Nesta pesquisa será analisado artigos, documentos e informações de observação do próprio autor diante das observações que foram realizadas durante a prática do estágio supervisionado realizado na Escola Municipal Waldemira Celestino de Oliveira situada na rua Tenente Marques, número 115, Bairro Antônio Miranda, na cidade de Francisco Sá/MG. Recordo que a indagação foi devido a observação durante o período pandêmico.

Esse estágio tem como objetivo geral propiciar a acadêmica a oportunidade de reflexão sobre a realidade educacional remota em tempos de pandemia e de observação em situações concretas da realidade educacional, presencialmente ou por meios tecnológicos, procurando articular o conhecimento adquirido ao longo do curso à prática educacional, visando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à formação de profissionais reflexivos e pesquisadores para o exercício do magistério.

Para o levantamento bibliográfico utilizaremos os sites: Scielo, Periódicos da Capes, Plataforma Sucupira, e Google Acadêmico. Para localização de obras foram utilizadas as seguintes palavras-chave: ensino remoto, tecnologia e estudante de áreas rurais. A revisão de literatura consistiu na análise qualitativa durante a vivência no estágio supervisionado de forma remota com foco em responder as indagações consideradas como questão problema tendo como base um levantamento bibliográfico visando descrever os desafios e as dificuldades enfrentadas por professores e alunos no ensino remoto nas áreas rurais, acarretado pelo distanciamento social como medida preventiva ao COVID 19, assim como conhecer os desafios enfrentados pelos alunos da zona rural diante desse cenário.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. A atuação do professor na Educação do Campo

Murano (2011) coloca que “a internet não deve ser vista como algo negativo, pois amplia nossas possibilidades de leitura”, assim como amplia a escrita também, devido à liberdade que nela é utilizada. Cabe ao professor saber utilizar esse instrumento para desenvolver suas atividades e ao mesmo tempo ensinar aos alunos qual a melhor forma de utiliza-la sem ferir e/ou interferir na forma que os mesmos escrevem na escola e muito menos no seu desempenho na mesma.

Com base nas contribuições de Murano (2011), a internet não é algo ruim. Pelo contrário, é uma excelente ferramenta que pode auxiliar muito o professor. O que pode torna-la, eventualmente, prejudicial é a forma como é utilizada. Sem direcionamento e sem instruções qualquer tecnologia pode ser prejudicial à educação e formação de um indivíduo. O aumento da acessibilidade que antes se restringia a alguns locais urbanos e hoje em dia já abrange grande parte da zona rural, também constituiu na

motivação para esse trabalho de conclusão de curso que discute a ampliação desse horizonte não apenas para os alunos, mas também para os professores, através de uma educação/reeducação digital e do uso da tecnologia como forma de auxiliar no processo de ensino/ aprendizagem. É notório que:

As escolas rurais apresentam características físicas e dispõem de infraestrutura bastante distinta daquelas observadas nas escolas urbanas. Em termos dos recursos disponíveis, a situação das escolas da área rural ainda é bastante precária. [...] serviços e insumos básicos presentes na maioria das escolas urbanas são escassos ou inexistentes nas escolas rurais. (BRASIL, 2007, p. 29).

Após todo o direcionamento adequado pretende-se utilizar o meio digital para divulgação das atividades feitas na escola e assim fazer a informação transcender os limites territoriais impostos pelas paredes de uma sala de aula. Além das tecnologias interferirem no desempenho e atenção dos alunos de zona rural em sala de aula, também trazem implicações no uso da língua materna escrita na escola, da mesma forma que na internet chegando até a ser utilizado um novo termo para diferenciar este o modo de escrita. O que antes era dividido em escrita formal que é objetiva e informal, subjetiva que agora possui uma nova nomenclatura o “internetês”.

O “internetês” é um neologismo, com a junção das palavras “internet com o sufixo ês” que se mostrou uma forma de escrita que surgiu da necessidade de se passar a mensagens o mais rápido possível ao seu receptor. Mas, ao longo do tempo ele tem sofrido várias modificações, pois cada emissor tem achado uma forma diferente de codificar sua mensagem, muitas vezes atrapalhando o entendimento do receptor. Embora saibamos que também agiliza o processo de recepção, nada disto seria motivação para pesquisa se não fosse sua repercussão na sala de aula e a pouca interferência observada da sala de aula nas linguagens institucionais não escolares.

O uso da tecnologia pode contribuir no o processo educativo. Por meio da internet os estudantes podem apresentar como é a sua vida no campo, seus interesses no assentamento e apontar desejos para uma escola que envolva a sua realidade. Assim, acreditamos que por meio da ressignificação do uso das tecnologias, podemos ter grandes mudanças. Com base em Costa (2016, p.238) os educadores devem considerar também a pessoa de quem aprende:

[...] desafio cujo enfrentamento, ainda e até certo alcance, também perfaz algo de utópico, a começar pela raridade de linguagem a ser garimpada para comunicar algo aparentemente novo que, em boa medida, incide neste mesmo enfrentamento. (COSTA, 2016, p.238).

O educador, aqui posto quanto professor, vivenciou esse desafio e constantemente se colocou no lugar de aprendiz, principalmente convivendo com o avanço das tecnologias, que a cada dia modifica um pouco e acrescenta sempre novos conhecimentos, além de respeitar o conhecimento de seus alunos que pode vir a contribuir nesse contexto. Sobre o uso das tecnologias pelos professores, vemos que, segundo Citelli (2004), uma das dificuldades que aparece no uso das tecnologias contemporâneas na escola diz respeito ao fato de que muitas das novas linguagens são desconhecidas ou apresentam complicadores operacionais para serem ativados, em decorrência da própria estrutura dos cursos de qualificação dos professores.

Portanto, se o professor não tem uma qualificação adequada e não tem à sua disposição os materiais necessários, como acesso à internet e um laboratório de informática para incentivar os alunos a usarem as redes sociais e informativas de forma dirigida, fica complicado pretender que ele utilize e incentive os alunos a utilizarem tais meios. Todavia, é possível imaginar que escrever um e-mail sem utilizar um computador seria o mesmo que escrever uma carta; escrever em um blog sem internet, seria uma produção textual livre e escrever um comentário sem rede social o mesmo que escrever um bilhete, isto nos mostra que é possível ensinar sem o uso do computador. Mas, por outro lado, isso não teria nenhum diferencial do que já é ensinado seguindo o roteiro do livro didático, em que tal diferencial chamaria atenção do aluno e poderia aumentar atenção e participação dos alunos nas aulas, somado aos interesses pessoais dos alunos, poderia auxiliar na compreensão dos conteúdos ensinados.

3.2. A Educação do Campo no contexto histórico

A Educação do Campo constitui num universo histórico, social, cultural e ecológico diferenciado, tendo como modelo educacional rural, intensificado aos objetivos, programas e exigências do existente meio urbano. No segundo governo do presidente Getúlio Vargas, ocorreu a promulgação de uma nova Constituição Federal (1934), dando ênfase ao nacional-desenvolvimentismo e conferindo para a zona rural, até então esquecida de projetos educacionais, atenção por parte de educadores, com a fundação da Sociedade Brasileira de Educação Rural, seguida de muitas propostas para erradicar o analfabetismo e ajustar a sociedade ao desenvolvimento. O Brasil

era, até então, um país agroexportador, mas no transcorrer da segunda guerra mundial houve a necessidade da implantação de um parque industrial, devido à escassez de produtos industrializados.

Logo acontecem as primeiras manifestações de trabalhadores agrícolas, estabelecendo o estatuto do trabalhador rural. Sobre a questão agrária, o proletariado rural, posseiros, parceiros e assalariados buscam organizações para lutarem pela posse da terra. No que se refere a educação rural, mesmo com a lei orgânica do ensino agrícola, os cursos não despertam interesse e nem motivam o educando e o resultado não foi o esperado. Segundo Marinho (2008),

Percebemos que a ideia não empolga muito e, considerando que o mercado de trabalho não era muito promissor, os cursos não cumpriram a função esperada, quem fazia os cursos, não se despertava para um trabalho na zona rural e os que habitavam na zona rural, normalmente, pensavam em outro tipo de atividade (MARINHO, 2008, p. 82).

Como o problema mais urgente era diminuir o analfabetismo, os programas de campanha de educação para jovens e adultos tiveram mais incentivos. Assim, foi aprovada a criação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), para a qual foi produzido material didático e treinamento de pessoal específico para alfabetizar este tipo de educando. O conteúdo programático consistia de leitura na primeira fase e capacitação profissional na segunda. Seria a salvação nacional contra o analfabetismo, ao mesmo tempo em que preparava mão de obra para a recente indústria. As campanhas, na verdade, tinham uma conotação propagandista do governo para mostrar que se estava fazendo algo em torno da educação, logo chegando ao seu final sem beneficiar o meio rural.

Mais adiante, a primeira Lei de Diretrizes e Bases para a educação (Lei nº 4.024/61) destacou apenas três artigos referentes à educação rural, num dos quais determinava que os proprietários rurais que não tivessem condições para manter escolas primárias em suas terras, teriam que proporcionar ambientes para que as crianças pudessem beneficiar-se do ensino primário em outro lugar ou, do contrário, providenciar em suas terras um espaço para construção de escolas públicas. Neste contexto, certamente o professor também seria um contratado pelo fazendeiro, e conseqüentemente, todos estariam subordinados aos ditames do senhor da terra.

Na década de 1960, no contexto de movimentos sociais que emergiam, surge a figura de Paulo Freire, com sua proposta pedagógica transformadora, cuja primeira experiência se deu no Município de Angicos – RN, quando 300 trabalhadores rurais

foram alfabetizados em quarenta e cinco dias, determinando a eficácia do método proposto por ele. As propostas existentes para a educação rural, naquele contexto, visavam à preparação para o trabalho na fábrica e o esvaziamento do campo. No entanto, programas propostos são elaborados para diminuir esta desigualdade entre campo e cidade. Para isto, foram desenvolvidos os chamados projeto integrados, cuja finalidade não era apenas alfabetizar, mas promover o desenvolvimento de mão de obra para o campo, melhorar as condições de vida e estimular as comunidades, em ações sociais através do cooperativismo.

Entre tais projetos integrados, pode se registrar, para a região Nordeste, o Grupo de imigração do São Francisco, o Povoamento do Maranhão e o grupo de estudo do Vale do Jaguaribe e ainda o projeto para o Rio Grande do Sul (Sudesul). Pode se destacar ainda o papel do INCRA como órgão importante para a reforma agrária. Para alimentar estes projetos, O MEC propôs como metodologia analisar todo aspecto que envolve o homem do campo, para melhor planejar uma educação de acordo com a sua realidade para caracterizar detalhadamente toda problematização deste meio social, sua relação direta com a terra, as intempéries que atingem o meio produtivo, a mobilização social. Concluído o estudo, partiram para o planejamento tendo como princípios básicos a ascensão humana e social e respeito as características do meio rural, integração com outros setores como saúde e economia, a inovação e experimentação de currículos apropriados para esta parte, participação e valorização dos integrantes da comunidade (CALAZANS,1993).

As propostas idealizadas para os projetos educacionais para o meio rural, não se concretizam, devido a múltiplos fatores, tais como recursos financeiros, treinamento de pessoal e principalmente vontade política. Tais fatores tornaram os programas desacreditados e não chegaram a uma realização por completo. O movimento de educação do campo no Brasil teve seu nascedouro na década de 90, com a realização do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), em Brasília, do qual resultou o documento chamado de “Manifesto dos educadores e educadoras da reforma agrária ao povo brasileiro”, fruto dos movimentos reivindicatórios de organizações e associações das lutas pela reforma agrária, tornando possível que uma educação do campo já estivesse em pleno andamento dentro dos assentamentos do MST, cuja prática foi reconhecida pela UNICEF.

Dentro deste processo, o I ENERA já tinha um ponto de partida para futuros planos em torno de mais políticas públicas para o campo (KOLLING; NÈRY; MOLINA, 1999). O movimento de Educação do Campo aspirava valorizar e evidenciar todo sujeito que se encontrava neste contexto sócio geográfico, valorizando sua ancestralidade para que tivesse seus direitos preservados. Ao mesmo tempo, lutava para facilitar o acesso e a participação na sociedade como um todo, com seus direitos assegurados e indiciados na igualdade de oportunidades, direitos constituídos, assistência e manutenção para sua permanência e sobrevivência no campo.

A proposta do ENERA era de fato tirar o estigma de que o homem do campo estaria destinado a ser sempre dependente e submisso ao sistema político. Em Julho de 1998, em Luziânia-GO, aconteceu a I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, com a participação do MST, UnB, UNICEF, CNBB e UNESCO. Este expressivo evento, muito importante para todos os educadores e militantes dos movimentos sociais em luta pelo campo, foi também um marco histórico sobre o fim do ruralismo pedagógico, cujo objetivo era manter o controle da exploração sobre o homem do campo.

Foram debatidos nesta conferência os problemas referentes ao campo, na infraestrutura principalmente das escolas do campo, na formação dos professores, que em sua maioria era leiga, no alto índice de analfabetos, no currículo descontextualizado das especificidades do campo, do problema com transporte, do descaso do poder público e o mais grave a falta de financiamento. Percebemos, nesta Primeira Conferência, o desejo de construir os alicerces de uma construção concreta de um conjunto de metas entre movimentos sociais e instituições para o desenvolvimento do campo brasileiro, em bases sólidas e economicamente equitativo.

Na discussão da materialidade da compreensão da origem de Educação do Campo, Caldart (2012, p.261) apresenta uma concepção sobre educação do campo nestes termos:

Ainda que a Educação do campo se mantenha no estrito espaço da luta por políticas públicas, suas relações constitutivas a vinculam estruturalmente ao movimento da questão agrária, de projetos de agricultura ou de produção no campo, de matriz tecnológica, de organização do trabalho no campo e na cidade...E as disputas se acirram ou se expõem ainda mais quando se adentra o debate de conteúdo da política, chegando ao terreno dos objetivos e da concepção de educação, de campo, de sociedade, de humanidade (CALDART, 2012, p.261).

Na história da educação do campo, os sujeitos históricos, sociais, conectivos e interativos trabalham em conjunto, envolvidos em todas as questões relevantes que

buscam respeito e reconhecimento e que tecem uma relação de igualdade social, respeito às diferenças, sem superioridade, mas de integração, de parcialidade cooperativa entre seus indivíduos. Neste entendimento, a educação torna-se fundamental para a superação do viés explorador, da opressão, das injustiças e da exclusão da população que vive no campo. Nesse sentido, os fundamentos de uma proposta de educação precisam ser amplamente difundidos e discutidos pelos professores e gestores que atuam em escolas, em particular no campo, no sentido de compreender a sua problemática específica, contribuindo para repensar a prática pedagógica que nelas se desenvolve.

O papel da escola, como formadora de sujeitos, articula-se a um projeto de emancipação humana, pautada em uma concepção de respeito à cultura e à história de vida de cada camponês. Na II Conferência nacional de Educação do campo, mais avanços foram sentidos na efetivação de etapas para garantir os direitos dos povos do campo, inclusos neste contexto, ribeirinhos, extrativistas, indígenas quilombolas e camponeses em geral. Na pauta, a defesa da agricultura familiar e nas urgências da educação do campo para o campo, num processo contínuo para defender e fazer valer estes processos nas Conferências, Encontros, Seminários e Congressos. Debate-se e reafirmou-se a defesa destes direitos, contando com as aspirações dos educadores e intelectuais comprometidos, e decididamente empenhados em fortalecer os marcos já alcançados nas leis educacionais e nas práticas educativas.

Propõe ainda, a importância da forma como devem ser tratados os costumes a vivência entre estes sujeitos, sua maneira de socialização, aprendizagem, produção e como se relaciona culturalmente com os diferentes, as tecnologias e os processos educativos. Tendo em mãos estas especificidades, as políticas públicas devem considerar de modo abrangente, as medidas para o aceleração do diálogo entre os que defendem o campo como território de lutas através dos movimentos sociais e o Estado e os órgãos governamentais, que até recentemente ignorava os destinos dos povos do campo, sem cogitar das suas prioridades (KOLLING; NÈRY; MOLINA, 1999).

O acúmulo de conhecimento no movimento social fortaleceu o interesse público no embate com o interesse estatal (SOUZA, 2006, p. 1092). Muitos dos projetos para melhorias no campo foram devidos ao esforço conjunto do conhecimento acumulado dos movimentos sociais contra o Estado e o sistema capitalista, principalmente no item educação. A escola do campo e para o campo vivenciada pelos ideais do

movimento conscientiza a todos primeiramente sobre os direitos sobre ela pela relação dos saberes entre o homem e a natureza e esta relação estendida ao mundo em seu redor, globalizado e automatizado. Neste contexto, os movimentos sociais, em tempos educacionais, divergem da concepção da educação rural, expressa na ideologia governamental do início do Século XX, cuja proposta era que o homem devia permanecer no campo, mas sem a preocupação de alfabetizá-lo ou fornecer melhorias nas suas necessidades.

Neste sentido, a educação para o campo demorou para ser reconhecida sua importância e precisou que movimentos sociais e lideranças no campo alavancassem projetos para que fossem vistos e incluídos nas diretrizes educacionais. Assim, ao longo das mudanças políticas, foram surgindo as políticas públicas para atendimento deste segmento:

Tanto o Pronera quanto à Residência Agrária e as licenciaturas em Educação do Campo orientam as ações formativas nos cursos que se desenvolvem com base em uma perspectiva crítica de educação, a qual não admite uma concepção de educação apartada de um projeto de ser humano e de sociedade que se almeja construir (TAFAREL; MOLINA, 2012.p. 575).

Notadamente, o progresso na consolidação destes marcos legais, tem avançado em todos os setores, embora permaneça um *déficit* social presente e constante. Mesmo diante de um sistema econômico excludente, não existe uma distribuição igualitária da riqueza, o que gera desníveis sociais marcantes e dificuldades sociais nas quais o poder político se omite nas chamadas políticas sociais, que de fato são projetos empresariais, para favorecer o próprio capital e porque vem da tributação convertida em capital estatal sendo a fonte a própria classe trabalhadora (LANZARA, 2012).

A educação do campo se fortalece por meio de uma rede social composta pelos sujeitos coletivos que trabalham com educação do campo e que dele se aproximam (SOUZA, 2006, p.1098) e, através do pensamento coletivo, obtém as ações através das lutas e dos comprometidos nesta transformação, órgãos públicos, associações, ONGs, sindicatos e universidades, trabalham em projetos para superar os entraves na concretização de uma educação para o campo, diferenciada e pautada no conhecimento dos sujeitos, respeitando as necessidades de etnias e gênero. Embora a sistematização do ensino ainda esteja embasada em conceitos urbanos, novas propostas curriculares poderá superar a dicotomia urbano-rural que ainda permeia o ensino-aprendizagem.

Todavia, a produção educacional do MST não chega às escolas (SOUZA, 2006, p.1100). O planejamento, os conteúdos e o processo de aprendizagem para o campo, obviamente necessitam de reformulações em todos os sentidos. Educadores, pesquisadores em suas práxis, efetivamente terão que direcionar a educação do campo para aprofundar a compreensão deste conhecimento para formar orgânica e intelectualmente esta sociedade, para que ela possa superar os comuns obstáculos da suplantação hegemônica.

3.3. Educação do Campo e as transformações tecnológicas

Com relação a utilização das tecnologias digitais na educação do campo vemos que as crianças e jovens chegam às escolas com experiências de vida extremas, retratadas em suas vozes, falas, corpos, linguagens e culturas (ARROYO, 2013). O que nos leva a refletir sobre a problematização do papel das tecnologias digitais nas escolas do campo que demanda dois movimentos importantes: primeiro, conhecer e legitimar as reivindicações dos atores aos quais se voltam essas propostas. Segundo, buscar o conhecimento já acumulado sobre o papel das tecnologias na educação, seja no contexto das escolas do campo, onde as abordagens são ainda incipientes, como também nas escolas da cidade. Ao vivenciar um processo de intensa transformação diante da pandemia, de acordo com Netto (2020),

[...] o que se observa é que a educação está vivenciando um processo de intensa transformação nesse momento da pandemia. Professores se viram em situações que exigiram novas ações, ao mesmo tempo em que estudantes tiveram que assumir maior autonomia sobre a sua aprendizagem e as instituições de ensino repensarem o seu modo de gestão. Vale destacar que não são recentes as indicações sobre a necessidade de incorporar novas práticas na educação, integrar as tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, que atendam às complexas demandas da sociedade contemporânea (NETTO et al, 2020, p. 2).

As tecnologias vêm se tornando algo cada vez mais presente no cotidiano da sociedade da informação e do conhecimento a qual estamos inseridos, mas nem sempre podemos afirmar que tal informação é gerada de uma fonte de conhecimento e por isso alguns pais e instituições educativas não se propõem a investir em uma educação digital. É preciso considerar conforme Takahashi (2000) que:

A atração que as novas tecnologias exercem sobre todos - de formuladores de políticas e implementadores de infraestrutura e aplicações de tecnologias de informação e comunicação até usuários de todas as classes e idades - pode levar a uma visão perigosamente reducionista acerca do papel da educação na sociedade da informação, enfatizando a capacitação

tecnológica em detrimento de aspectos mais relevantes. Pensar a educação na sociedade da informação exige considerar um leque de aspectos relativos às tecnologias de informação e comunicação, a começar pelo papel que elas desempenham na construção de uma sociedade que tenha a inclusão e a justiça social como uma das prioridades principais (TAKAHASHI, 2000, p. 69).

Quando falamos em inclusão social, observamos a necessidade de uma formação para a cidadania, pois o avanço das tecnologias de informação fomenta a necessidade do aumento da transparência de políticas e ações do governo, assim, estimulando os cidadãos a serem politicamente ativos. Vale salientar que formar cidadãos significa capacitar pessoas para escolherem de forma mais informada e assim tomar decisões que poderão afetar suas vidas e de toda a sociedade. Com o auxílio das informações e o conhecimento adquirido a partir delas o sujeito tende a elevar seu parecer crítico sobre os eventos políticos e econômicos. Por outro lado com base nas palavras de Brennan (2004),

As tecnologias da mídia e do computador estão criando mudanças dramáticas que produzem uma exploração de retórica e que exaltam ao extremo os benefícios da supervia informacional em que se supõe que indivíduos consigam dados e entretenimento a seu dispor, insiram-se em novas comunidades virtuais e até mesmo criem novas identidades (BRENNAN, 2004, p. 122).

Com isso, crianças e jovens precisam aprender algumas habilidades como a de gerenciar uma identidade *online* e *off-line* com integridade, o que fortalece a sua identidade e cidadania digital. Faz-se necessário organizar e gerenciar seu tempo em frente à tela e assim administrar os horários de estudar, jogar *online* ou *off-line* e redes sociais; identificar *cyberbullying* e proteger seus dados, sabendo lidar discretamente com todas as informações que devem ser compartilhadas, trabalhando assim sua empatia e pensamentos críticos.

As tecnologias asseguram a difusão rápida de materiais didáticos e de informação de interesse dos professores, pais e alunos, além de proporcionar a construção interdisciplinar de informações produzidas individualmente ou coletivamente por parte dos alunos e o desenvolvimento colaborativo de projetos por parte de alunos de zona rural pertencentes a escolas diferentes, sítios e comunidades geograficamente afastadas, auxiliando assim informação a transcender os limites territoriais impostos pelas paredes de uma sala de aula.

O uso da tecnologia pode reforçar o processo educativo. Vemos isso no texto de Murano (2011), no qual o autor coloca que “a internet não deve ser vista como algo negativo, pois amplia nossas possibilidades de leitura”, assim como amplia a escrita também devido à liberdade que nela é utilizada. Cabe ao professor, reiteramos, saber

utilizar esse instrumento para desenvolver suas atividades conscientizando os alunos sobre a importância do processo ensino-aprendizagem na formação de profissionais enraizados na tradição da agricultura familiar. Uma vez que, essa reflexão possibilitará o entendimento acerca de suas tradições e vivências no contexto rural e de possíveis mudanças de sua realidade. Sobre essa questão, Crystal (2005, p.92) assinala que:

O fato de que alguns garotos possam começar a usar suas abreviações em lugares onde elas não têm qualquer propósito – como em redações escolares – deve ser vigiado, naturalmente. Mas é isso que a escola precisa fazer. Tem sido um princípio do ensino moderno de língua – seja estrangeira ou língua materna – inculcar nas crianças um senso de responsabilidade e propriedade linguísticas. E as crianças precisam ser ensinadas – se não desenvolverem essa intuição espontaneamente – que as abreviações nas mensagens de texto desempenham uma função útil, onde o espaço é pequeno e a rapidez um fator crítico, mas não em outros lugares. (CRYSTAL, 2005, p.92).

A interatividade na linguagem computacional tem um significado diferente para quem lida com a educação, pois quando nos referimos à interatividade computacional estamos falando da interface de um *site* ou *home-page*. Já na linguagem da educação, interatividade está ligada à mediação que um software educativo oferece aos alunos quando se faz uso do computador.

O papel do professor no atual estágio da sociedade é desenvolver atitudes e habilidades que possam conduzir melhores resultados no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos do campo. Uma maneira de refletir sobre este aspecto é a dificuldade de se manter o lado artesanal da função planejada dia após dia, transformada a todo instante em meio às circunstâncias de cada turma. Por outro lado, a sociedade discute o ato de ensinar não apenas como função deste profissional e amplia esta função ao ensino de da utilização plena de bons programas eletrônicos.

Os professores estão cada vez mais preocupados em adequar-se ao ritmo das mudanças e a aprender a manusear as tecnologias digitais que os auxiliam a estimular as crianças e jovens a se interessarem mais pela interatividade. Eles sabem que o papel do professor se altera com o avanço da nova sociedade digital, o que além de conquistar as crianças e jovens e incentiva-los a aprender, deve ser um agente transformador na sociedade em que vivemos. O educador não deve ficar estagnado, somente nos livros didáticos, o que pode se tornar desinteressante para os alunos.

Sendo assim, o educador deve buscar ser não somente um agente de memória educativa, mas também um agente de memória na sociedade digital. Deve propor questionamentos e refletir sobre assuntos diversos e atualizados, utilizando o senso

crítico em seus comentários e estimulando as crianças e jovens a refletirem sobre tais assuntos, proporcionando assim um espaço de trocas de novos aprendizados na esfera escolar. Noutras palavras Kenski (2009) afirma que:

O papel do professor em todas as épocas é ser arauto permanente das inovações existentes. Ensinar é fazer conhecido o desconhecido. Agente das inovações por excelência o professor aproxima o aprendiz das novidades, descobertas, informações e notícias orientadas para a efetivação da aprendizagem (KENSKI, 2009, p.103).

Os alunos, em especial que moram na zona rural necessitam de conhecimento que recebem do lado de fora da escola e o professor é também um dos sujeitos capazes de auxiliar nesta ancoragem, pois em sala de aula temos uma diversidade de conhecimentos, assim como nas redes sociais e o professor antes de tudo deve ser uma gente de transformação. Através dos sujeitos coletivos do campo, surgem os movimentos sociais, a fim de identificar e organizar as práticas que visam defender os direitos, deveres e interesses das comunidades, assim como a adoção de propostas pedagógicas respeitando a diversidade do grupo.

3.4. Educação do Campo e a diversidade

A Educação do Campo constitui num universo histórico, social, cultural e ecológico diferenciado, tendo como modelo educacional rural, intensificado aos objetivos, programas e exigências do existente meio urbano. Alguns anos atrás, a infraestrutura oferecida pelas escolas do campo era precária, os prédios eram danificados pelo tempo, e onde não existia um local específico para ministrar as aulas, aconteciam ao ar livre debaixo de árvores, tinham pouco material didático de apoio para os professores que eram obrigados a buscarem outros recursos para trabalharem de modo que atendessem a necessidade dos alunos. Contudo, a desmotivação era grande em relação ao aprendizado. Dessa forma, as práticas pedagógicas das escolas do campo, sofriam peculiaridades sociais e culturais, que caracterizavam as dificuldades enfrentadas por professores e alunos.

Durante muito tempo, os órgãos públicos esqueceram as escolas da zona rural, transformando-as em subproduto das escolas urbanas, sem formação adequada para os professores, sem um olhar diferenciado as necessidades as escolas do campo. O campo abrange uma diversidade de sujeitos, tais como quilombolas, indígenas, assentados, trabalhadores assalariados que contribuem efetivamente para

a construção da relação entre o campo e cidade. Por meio da união dos sujeitos do campo é possível a construção de uma nova comunidade educativa. Diante da iniciação do processo educacional, por parte de suas experiências e vivência é possível compreender as diferenças existentes entre os diversos meios, as inter-relações que se estabelecem entre sociedade rural e urbana para que o contexto favoreça diversos sujeitos.

O processo educacional é importante que o professor desenvolva atitudes e habilidades que possam conduzir melhores resultados no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos do campo e com a COVID-19 que nos surpreendeu nos três últimos anos, a educação passou por um processo de adequação do processo de ensino e aprendizagem ao usar os meios tecnológicos. A partir da realidade que envolve cada aluno, o professor deve valorizar as experiências vivenciadas antes de chegar à escola, observando a comunidade, analisando o ambiente no qual irá desempenhar um trabalho.

Contudo, o aluno da zona rural de fato ficou prejudicado na instância de não conseguir acessar os recursos tecnológicos disponíveis pela dificuldade de acesso ou mesmo por recurso financeiro, sendo possível identificar novas dificuldades dos alunos da zona rural após o retorno à escola e as inúmeras dificuldades que trouxeram em sua bagagem escolar, situação essa percebida durante a prática do estágio supervisionado. Sabe-se que as pessoas das comunidades rurais enfrentam diversos desafios que vão desde dificuldades de transporte até outras situações cotidianas enfrentadas pelos moradores do campo. Com base nessa colocação, Oliveira e Junior (2020) pontuam que,

A situação é complexa e desafiadora, envolve desde a falta de acesso e suporte tecnológico dos profissionais e dos estudantes, a pouca experiência dos professores e a falta de capacitação prévia para o uso de tecnologias para a realização do trabalho remoto, até a situação vulnerável de muitas famílias de estudantes (OLIVEIRA; JUNIOR, 2020, p. 16).

Vale ressaltar que o aluno da zona rural é uma fonte de transmissão do saber popular, da cultura e da história local, sendo o marco de referência para o educador desenvolver um bom trabalho que vise o efetivo aprendizado dos alunos. Dessa forma, todos os camponeses possuem uma história, lutam para desenvolver-se economicamente, trabalham conforme suas capacidades e condições que lhes são oportunizadas ao longo do tempo e com a inserção da tecnologia, o processo

educacional inovou e com essa inovação o aluno da zona rural ficou disperso das informações pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem.

A participação constante dos alunos em todas as fases da aquisição de conhecimento, conduziu uma investigação acerca dos desafios dos alunos moradores de áreas rurais no ensino remoto. O saber do camponês é eminentemente prático, uma vez que abrangem conhecimentos de geografia (clima, nuvens, ventos), físicos (solo, água), aspectos referentes à vegetação, aos animais, além de questões relativas ao mercado, políticas agrícolas e aproveitamento artesanal de produção excedente. Esses saberes, além da sala de aula, é manifestado em palestras, reuniões, cursos e na escola, uma vez que direcione seus conteúdos a realidade rural.

Conscientizar os alunos do meio rural, sobre a importância do processo de ensino-aprendizagem durante a COVID-19 na formação de futuros profissionais enraizados na tradição da agricultura familiar. O título do trabalho está relacionado com as condições de vida precárias, transporte escolar ineficiente, baixo poder aquisitivo familiar, infraestrutura local inadequada, cujo modo de vida, interfere no desempenho dos alunos, que se veem forçado a ajudarem os pais nas atividades rurais, não dispendo de tempo para realização de seus afazeres escolares.

O fato de os alunos da zona rural conviverem com desafios diários, como o trabalho rural familiar, acidentes com animais peçonhentos, uso inadequado de agrotóxicos e instrumentos de trabalhos, os impulsionam na busca da aprendizagem escolar, a oportunidade de desenvolverem suas habilidades cognitivas e amenizarem essas dificuldades enfrentadas tão precocemente no campo. Isso implica que os alunos da zona rural estão atentos às lutas, sonhos e angústias.

Pois, caso permanecerem no campo deverão encarar a realidade de privações e de falta de perspectivas a luz de uma vasta gama de informação que a tecnologia oferece. Ou então, poderão transformar essa realidade através da formação educacional, por uma vida digna assegurada por direitos e políticas igualitárias que lhes proporcionarão condições melhores no campo. Já que, ao decidirem migrar para as cidades trarão sérias consequências como o grande índice de desemprego, a pobreza, a violência, dentre outras problemáticas urbanas.

Por isso, este trabalho de conclusão de curso torna imprescindível para conscientizar os alunos do meio rural sobre a importância do processo ensino-aprendizagem na formação de profissionais enraizados na tradição da agricultura familiar com base na tecnologia. Uma vez que, essa reflexão possibilitará o

entendimento acerca de suas tradições e vivências no contexto rural e de possíveis mudanças de sua realidade conscientizando os alunos do meio rural sobre a importância do processo de ensino-aprendizagem na formação de profissionais enraizados na tradição da agricultura familiar.

Portanto, este trabalho teve por finalidade discutir sobre as dificuldades vivenciadas por alunos da zona rural, as quais se constituem como um entrave os desafios dos alunos moradores de áreas rurais no ensino remoto no desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem. O trabalho se caracteriza por ser um anseio ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos do campo no tempo escolar, sendo a escassez da tecnologia durante a pandemia uma das consequências da defasagem do aprendizado, indicando que o processo de ensino-aprendizagem dos alunos se desenvolve por meio do atendimento que o elo teoria-prática, educação-trabalho fundamental na busca de alternativas para a melhoria das condições de vida da população rural.

4. RESULTADOS e DISCUSSÕES

Durante o processo educacional é importante que o professor desenvolva atitudes e habilidades que possam conduzir melhores resultados no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos do campo. O ensino remoto no contexto da pandemia da Covid-19 vivenciado no ano de 2020/2021, limitou muito o trabalho do professor. Os inúmeros desafios enfrentados com a pandemia foi observado durante a prática do estágio supervisionado na Escola Municipal Waldemira Celestino de Oliveira diante da realidade vivenciada pelos alunos e as dificuldades de acesso em especial daqueles de área rural para buscar materiais e manter contato com os professores. Segundo Arruda (2020):

O isolamento social promoveu transformações econômicas severas imediatas, com a parada obrigatória de inúmeros setores, modificou nossa relação com a arte, devido a ausência do compartilhamento presencial de experiências de fruição e, no caso da educação, promove desconstruções sob a forma como o ensino e a aprendizagem são vistos socialmente. (ARRUDA, 2020, p. 258).

A estrutura e condições de acesso a computadores conectados à internet para alunos e professores foram disponibilizados ao longo do período pandêmico com suporte da Secretaria Municipal de Educação de Francisco Sá. Contudo, poucos

professores, assim como alunos demonstravam domínio com as ferramentas digitais disponibilizadas. Em relação aos professores foram ofertadas lives interativas com formação continuada visando preparar para lidar com as situações inovadoras. A partir da realidade que envolve cada aluno diante da pandemia da Covid 19, o professor deve valorizar as experiências vivenciadas nesse período pandêmico antes de chegar à escola, analisando o ambiente no qual irá desempenhar um trabalho. Arruda (2020) acrescenta:

A tomada de decisões a respeito do modelo de funcionamento da educação básica ficou sob os cuidados dos estados que tem apresentado iniciativas que se direcionam a substituição da educação presencial pelas aulas remotas ou adoção da modalidade a distância na educação básica. Muitas das iniciativas estão em processo de consolidação, mas há um indicativo de que serão implementadas ao longo dos próximos meses, sobretudo porque a contaminação no Brasil está em fase ascendente, com poucos indicativos a respeito de diminuição de taxas de contaminação e mortalidade. (ARRUDA, 2020, p. 261).

O fato de os alunos conviverem com desafios diários, como o trabalho rural familiar, acidentes com animais peçonhentos, uso inadequado de agrotóxicos e instrumentos de trabalhos, os impulsionam na busca da aprendizagem escolar, a oportunidade de desenvolverem suas habilidades cognitivas e amenizarem essas dificuldades enfrentadas tão precocemente no campo. As condições de vida precárias, transporte escolar ineficiente, baixo poder aquisitivo familiar, infra-estrutura local inadequada, cujo modo de vida, interfere no desempenho dos alunos, que se vêem forçados a ajudarem os pais nas atividades rurais, não dispendo de tempo para realização de seus afazeres escolares.

Contudo, a importância do processo de ensino-aprendizagem no período da Covid 19 possibilitou identificar novas dificuldades dos alunos tanto da zona urbana como do campo, e compreender situações relacionadas à formação de profissionais como fontes de transmissão do saber popular, da cultura e da história local, sendo o marco de referência para o educador desenvolver um bom trabalho que visasse o efetivo aprendizado dos alunos. Dessa forma, uso das tecnologias digitais são apontados por diversos autores em relatos de extrema importância durante o ensino remoto advindo da pandemia da Covid-19.

Vieira e Ricci (2020, p. 1) afirmam que “a paralisação compulsória das atividades presenciais trouxe ao centro do debate educacional possibilidades de usar as tecnologias para realização das atividades escolares não presenciais”. Ao aderir as mídias digitais para garantir o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e

possibilitar que as habilidades de leitura e escrita fossem trabalhadas, foram elaboradas atividades remotas objetivando dar continuidade aos estudos mesmo em casa. Pode-se dizer que a tecnologia digital, principalmente diante desse contexto gerado pela pandemia e uma aliada do sistema educacional sendo de grande importancia no ensino remoto a fim de possibilitar uma nova perspectiva de ensino com o uso de varios recursos tecnologicos a fim de possibilitar o ensino durante o distanciamento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os inúmeros desafios dos alunos moradores de áreas rurais no ensino remoto revelou a fragmentação na educação, as escolas não estavam preparados com tecnologias para um ensino remoto, e nem as comunidades mais carentes, muitos não se adaptaram ao ensino remoto, todas essas situações entre outras foram vivenciadas durante a prática do estágio supervisionado. Não foi fácil para a comunidade e tampouco para os órgãos públicos criarem de urgência uma maneira de não cessar o direito de aprendizado dos alunos, mesmo que não fosse planejado, ouve se a necessidade de criar urgentemente recursos para que o ensino aprendizado continuasse. Santos (2020) aponta que:

Educacao Digital, nessa perspectiva, esta ligada, mais do que ao simples acesso as tecnologias de informacao e comunicacao (TDICs) e/ou aos hardwares (notebooks, PCs, tablets, smartphones) com acesso a Internet, o que denominamos inclusao digital. Educacao Digital esta relacionada ao uso que se faz das diversas tecnologias, dos instrumentos, ferramentas, incluindo a propria Internet, para o exercicio da cidadania e para a formacao integral do ser humano. Educacao Digital trata, portanto, da inclusao digital e do uso etico, estetico, multimodal das tecnologias para a aprendizagem. (SANTOS, 2020, p.125).

Para tanto, se tornou necessário demonstrar que os alunos oriundo da zona rural precisam de um auxílio educacional por meio de investimentos para melhores recursos para atender a demanda de toda a comunidade, com estrutura para uma emergência, que vier acontecer como o ensino remoto, causado pelo COVID19. Nesse sentido, o ensino remoto se deu diante dos alunos em zona rural que não têm acesso à internet por meio de atividades impressas, destinadas a serem feitas em casa com auxílio dos pais ou responsáveis, situação muitas vezes não realizada por não terem o conhecimento necessário para tal resolução.

Ao longo deste trabalho, refletindo sobre os desafios do ensino remoto para alunos do meio rural durante a pandemia COVID 19, constatam que pouco foi feito pelas entidades públicas para tentar diminuir os desafios impostos pelo COVID-19 na vida educacional dos alunos do meio rural, visto que nem todos tinham recursos para deslocar e buscar o material impresso, bem como o acesso à internet. Ficando em muitas casos sem qualquer vínculo com a escola durante todo o ensino remoto. Ademais consideramos que a educação do campo tem como eixo articulador do processo de ensino-aprendizagem o elo teoria-prática, educação-trabalho fundamental para a busca de alternativas e para a melhoria das condições de vida da população rural.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

BERNARDO, Kaluan. **HABILIDADES DIGITAIS**. Disponível em: <https://www.freetheessence.com.br/inovacao/educacao/conheca-as-8-habilidades-digitais-que-criancas-precisam-aprender/2017>. Acessado em 28/11

BRASIL. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. In: BRASIL-MEC- SECAD. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação do campo**. Brasília, 2007.

BRENNAND, Edna; GALVÃO, Neuma. **Múltiplos saberes e educação**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2004.

CALAZANS, M. Julieta Costa. **Para compreender a educação do estado no meio rural. Traços de uma trajetória**. In: TERRIEN, Jaques; CALAZANS, M. Julieta Costa. Educação e Escola no campo. Campinas: Papyrus, 1993

CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação do Campo**. (Verbete). Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

CITELLI, A. **Educação e mudanças: novos modos de conhecer**. In: **Outras linguagens na escola: publicidade, cinema e TV, rádio, jogos, informática**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

COSTA, Antônio Roberto Faustino da; BERGAMO, Pedro; LUCENA, Roberto Marden. **A utopia em questão: desalheamento educacional à objetividade**. In: SOUSA, Comova Morais de (Org). Um convite à utopia. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2016. (Coleção Convite à Utopia; v.1).

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de Pesquisa: entenda e faça**. 3 ED. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

CRYSTAL, David. **A revolução da linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2009.

KOLLING, E. J; NÉRY, I. J; e MOLINA, M. C; **Por uma educação básica do campo (memória)** / Organização: Edgar J. Colinha; Irmão Israel José Néry e Mônica C. Molina. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n.º 1. – Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999.

LANZARA, Arnaldo Provasi. **A Construção Histórica do Estado Social no Brasil e no Chile: Do Mutualismo ao Seguro**. Tese apresentada em IESP/UERJ. Rio de Janeiro, 2012.

LEITE, Maria das Neves Tiburtino; ARAÚJO, Jefferson Flora Santos de. **As práticas pedagógicas dos professores da Escola do Campo no contexto da pandemia da covid-19**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 13, Abril, 2021.

MARINHO, Ernandes Reis. **Um olhar sobre a educação rural brasileira**. Brasília: Ed. Universa-UCB. 2008.

MURANO, Edgard. **O texto na era digital**. Língua Portuguesa, ano 5, n. 64, fev. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NETTO, C. et al. **Docência e uso das tecnologias digitais em ensino remoto emergencial**. Congresso internacional de Educação e Tecnologia (CIET EnPED), 2020. Disponível em: < <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/download/1456/1111>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

OLIVEIRA, D. A.; JUNIOR, E. A. **Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 30, p. 719-735, set./ dez. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história**. 2011. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/17/f1098linha-do-tempo-daeducacao-desenvolvida-no-espao-rural-no-brasil.pdf>. Acesso em: 02 Julho 2023.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação do Campo: Políticas, Práticas pedagógicas e produção científica**. Edu.Soc. Campinas. Vol.29 n. 105 p. 1089-1111, set/dez 2008.

VALLE, Paulo Dalla; MARCOM, Jacinta Lucia Rizzi. **Desafios da prática pedagógica e as competências para ensinar em tempos de pandemia**. In: Palú, J.; SCHUTZ, J.A.; MAYER, L. (Orgs.). Desafios da educação em tempos de pandemia. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p. 139-153.